

# Governo vai ampliar crédito educativo para 400 mil alunos

MEC, Fazenda e BC devem apresentar proposta em um mês

Rodrigo França Taves

● BRASÍLIA. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou ontem que o Governo vai ampliar o programa federal de crédito educativo, que financia os estudos de alunos pobres nas universidades particulares. Por falta de verbas, menos de 200 mil universitários são atendidos atualmente pelo programa. Segundo Paulo Renato, a meta do Governo é pelo menos dobrar para 400 mil os alunos financiados, já a partir deste ano.

## Recursos deverão ser captados no mercado financeiro

O presidente Fernando Henrique determinou que seja criado um grupo com técnicos do MEC, do Ministério da Fazenda e do Banco Central para apresentar a proposta em 30 dias.

— O crédito educativo não pode ser feito com dinheiro público. Os recursos precisam ser captados no sistema financeiro, como qualquer outro. O Governo vai entrar apenas para subsidiar a taxa de juros. As linhas de créditos

deverão estar acessíveis no sistema bancário — defendeu Paulo Renato.

O ministro disse que o MEC quer passar a financiar os alunos, e não as instituições universitárias. O crédito educativo passará a ser o grande sistema de financiamento dos estudantes das universidades particulares. O programa é pouco acessível hoje e muitos estudantes que poderiam ter direito ao benefício têm dificuldade por falta de verbas. O pedido é feito através da universidade na qual o estudante está matriculado, desde que ele atenda aos pré-requisitos do programa, que não deverão ser alterados.

Para as universidades federais, Paulo Renato afirmou que a idéia é vincular o financiamento a metas a serem alcançadas. Este ano, as verbas vão ser distribuídas de acordo com o número de alunos, e a quantidade e a qualidade das pesquisas feitas em cada instituição de ensino.

O ministro já tinha informado que espera aprovar a emenda da autonomia universitária até o fim de julho. Agora, Paulo Renato

acha que possivelmente nem seja necessário aprovar uma emenda constitucional, mas apenas um projeto de lei.

## Professor com mau rendimento poderá ser demitido

Segundo Paulo Renato, com a aprovação da reforma administrativa e a criação do regime de emprego público, os reitores poderão demitir professores com desempenho insuficiente ou dar aumento para os mais capacitados. Apenas os novos professores serão contratados pelo regime do emprego público; os atuais têm direitos adquiridos no Regime Jurídico Único (RJU) e só poderão ser afastados por excesso de quadros.

— Já este ano toda verba que não for para pagamento de pessoal será repassada dentro desse critério de número de alunos e da relevância das pesquisas — disse Paulo Renato.

Ele admitiu que o Governo ainda não encontrou uma forma de dar garantias de financiamento às universidades federais que optarem pela autonomia. ■